

## A percepção territorial como ferramenta para o planejamento do turismo local<sup>1</sup>

Lucia Capanema Alvares<sup>2</sup>

Universidade Federal de Minas Gerais, Professora Adjunta.

Altamiro Mol Bessa<sup>3</sup>

Universidade de São Paulo, doutorando

### Resumo

A percepção territorial, conjunto de metodologias que se utiliza de conceitos como a legibilidade do espaço, de Kevin Lynch, desconstrói as sensações experimentadas pelos usuários do espaço para reconstruir noções de percepção coletiva do território. O objetivo de seu ensino para o turismo é o de apreender o caráter do território, sua atratividade, e as atividades mais adequadas a cada local. Experiência praticada em Belo Horizonte desde 2004, o uso da percepção territorial no diagnóstico da oferta revela-se uma ferramenta de grande utilidade para o estudo das potencialidades turísticas da cidade. Entre os produtos alcançados estão 11 artigos de alunos publicados e/ou apresentados em congressos nacionais e um crescente banco de dados acerca do turismo e da hospitalidade dos espaços livres de Belo Horizonte.

**Palavras chave:** Percepção territorial; Diagnóstico da oferta; Atratividade; Espaços livres.

### Introdução

A percepção territorial, advinda do campo do planejamento urbano e regional, é uma somatória de metodologias utilizadas para a apreensão do caráter do território sob a ótica do usuário. Sua relevância para o planejamento e o ensino do turismo está na possibilidade de formar profissionais com capacidade de reconhecer as imagens dos destinos a partir do olhar do sujeito, contextualizado em seu comportamento ambiental; está também em reforçar a legibilidade das regiões visitadas para o turista; e está, por

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado GT - Interfaces com a Gestão de Negócios do IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo.

<sup>2</sup> Arquiteta-Urbanista (UFMG, 1988), Mestre em Planejamento Urbano e Regional (Memphis State University, 1992), PhD em Planejamento Regional (University of Illinois at Urbana-Champaign, 1999). Foi professora do curso de Turismo (PUC-Minas) e do Mestrado em Turismo e Meio Ambiente da UNA. Atualmente no Departamento de Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG, ministra Introdução à Arquitetura e Urbanismo, Introdução ao Paisagismo, e Paisagens e Turismo (graduação em Turismo).

<sup>3</sup> Engenheiro Civil (PUC Minas, 1985), Arquiteto-Urbanista (Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix, 1995), Especialista em Revitalização Urbana e Arquitetônica (UFMG, 1998), Mestre em Turismo e Meio Ambiente (Centro Universitario de Ciencias Gerenciais UNA, 2006) e doutorando em Estruturas Ambientais Urbanas (FAU-USP).

fim, em possibilitar que o planejador do espaço turístico reconheça o “espírito do lugar” em que vai intervir para que o usuário, autóctone ou turista, se reconheça ali.

O objetivo deste artigo é apresentar as metodologias pertinentes à percepção territorial, explorando sua utilidade na formação do profissional do turismo, tanto em nível de graduação como na pós-graduação. Para tanto, examina a questão da interdisciplinaridade na formação do planejador turístico a partir dos novos paradigmas de atuação deste profissional, que se deseja aconteça de forma não só interdisciplinar, mas também participativa, incluyente e contextualizada nas realidades locais e no mundo globalizado. Apresenta então as metodologias, segundo a leitura feita por Del Rio (1999). Por fim, discute sua utilização em disciplinas do Mestrado em Turismo e Meio Ambiente do Centro Universitário UNA, e do curso de graduação em Turismo da Universidade Federal de Minas Gerais.

Como resultados, analisa a produção bibliográfica gerada pelos alunos a partir da aplicação da percepção territorial a estudos turísticos, e o banco de dados criado acerca dos espaços livres e de potencial turístico do município de Belo Horizonte.

### **Novos paradigmas para o planejamento turístico**

O planejamento regional, desde seu nascimento nos Estados Unidos da América por volta dos anos 1900, vem incorporando conceitos e práticas exigidas pelas realidades de cada tempo, configurando, segundo Álvares (2001), uma linha evolutiva que pode ser sistematizada em três grandes eixos: a evolução temática, a evolução processual ou dos métodos, e a evolução ideológica.

Para a autora, a dimensão temática partiu de um planejamento centrado nas questões físico-territoriais, evoluiu para englobar um ou outro aspecto social ou econômico, para chegar, na atualidade a um planejamento interdisciplinar. A evolução processual ou dos métodos partiu da repressão à participação, quando o planejamento se fazia nos gabinetes oficiais sob o comando das elites locais e afastando a população, evoluindo para um planejamento oficial e centralizado, apontando finalmente para um planejamento participativo e descentralizado. A terceira e última dimensão, de caráter ideológico, partiu do planejamento que visava concentrar capital para os investimentos industriais, vem passando por um momento liberal (ou neoliberal) em que o estado adota uma estratégia de planejamento “*laissez faire*” e aponta hoje, no Brasil e no



mundo, para uma melhor distribuição de riquezas e de empoderamento das camadas populares através da capacitação.

À matriz oferecida por Álvares, pode-se acrescentar – ainda na dimensão da interdisciplinaridade - a questão ambiental, como argumenta Leff: “o princípio da sustentabilidade surge no contexto da globalização como a marca de um limite e o sinal que reorienta o processo civilizatório da humanidade” (LEFF, 2001, p.15). Mais além, os tradicionais padrões estruturais, como o feudalismo, o mercantilismo ou o capitalismo industrial não mais explicam os fenômenos macro econômicos. O período pós Segunda Guerra, viu a hegemonia dos estados ser quebrada em favor de organismos multilaterais que deram vez ao capital apátrida das grandes corporações mundiais na contemporaneidade: Não mais há lugar fora do capital volátil, das transferências financeiras virtuais, da produção globalizada e da informação midiática. A ordem centro-periferia pode enfim ser alterada, dependendo das condições locais. A nova ordem desafia o planejamento a se internacionalizar, valorizando a história e a produção local, enquanto a paisagem deverá se internacionalizar e atrair o capital, sem se tornar o “não lugar” (AUGÉ apud CRUZ, 2002). Propõe-se assim, a consideração de uma quarta dimensão analítica relativa às macro-estruturas econômicas.

Pode-se então argumentar que os novos paradigmas do planejamento apontam para a necessidade de conhecimentos e práticas interdisciplinares (com forte viés ambiental), participativas, inclusivas e contextualizadas em macro estruturas globalizadas. Também o turismo, em suas concepções acerca do planejamento, tem considerado basilares os paradigmas da interdisciplinaridade (ou transdisciplinaridade), da participação, da inclusão e da globalização (conforme, por exemplo, BENI, 2002; CORIOLANO, 2003; MOESCH, 2002; e OMT, 1998).

Turismo e interdisciplinaridade - Se para Dencker, “o turismo não é uma disciplina e, sim, um objeto de estudo pertencente a várias disciplinas” (DENCKER, 1998, p. 32), para Moesch, “a interdisciplinaridade, fundamental à análise do turismo como fenômeno social, cultural, comunicacional, econômico e subjetivo, avança as fronteiras de uma única disciplina ou de um único campo do saber.” (MOESCH, 2002, p. 14). Esta última autora clama ainda por novas abordagens interdisciplinares e fenomenológicas, “relacionando os pólos epistemológico, teórico, morfológico e técnico

por meio da interação dialética” (MOESCH, 2002, p. 33). Rejowsky (1999) e Beni<sup>4</sup> discutem a transdisciplinaridade como forma de saber turístico promissor.

Participação e inclusão no turismo - O planejamento turístico vem evoluindo no sentido de “considerar as necessidades das empresas, como dos próprios turistas e da comunidade receptora, de maneira que cada vez aumenta a preocupação em criar ações coordenadas entre o turismo e o entorno social, econômico e ambiental” (OMT, 2001, p. 174). Muitos estudiosos consideram que os destinos devem ser pensados para satisfazer tanto a seus moradores quanto aos turistas; a qualidade dos destinos turísticos deve acontecer pela participação dos organismos públicos, privados e da população local (BOULLÓN, 2002; GÂNDARA, 2004; OMT, 2001; KOTLER, HAIDER e REIN, 1996). Exponente na defesa e documentação da participação e da inclusão no planejamento turístico, Coriolano (2003) é taxativa:

A construção social do desenvolvimento exige o envolvimento de toda a comunidade (...). Nessa época de tantas crises (...) buscar a participação das comunidades (...) significa uma estratégia eficaz e eficiente (CORIOLANO, 2003, p. 26).

É também a via da participação e da inclusão que permite políticas e intervenções contextualizadas nas realidades sócio-econômicas e ambientais das localidades e regiões (LEITE, 1994). Se o planejamento turístico deve, por um lado, ser contextualizado nas macroestruturas globalizadas, por outro dever estar profundamente conectado com o contexto local, tal como expresso pelas comunidades autóctones.

Globalização e turismo - O processo de globalização tem induzido o desenvolvimento de um profundo senso de competitividade entre as localidades com potencial turístico e/ou financeiro, de acordo com Borja e Forn (1996). Localidades adotam objetivos mercadologicamente similares aos adotados por outros destinos, empregando as mesmas estratégias para alcançá-los, como por exemplo a atração de grandes eventos internacionais (Barcelona e Sydney), a realização de intervenções no acervo patrimonial (Londres e Berlim) ou a inserção de arquitetura icônica (Paris e Bilbao), conforme atesta Bessa (2006).

---

<sup>4</sup> Palestra proferida pelo Professor Mário Beni no Centro Universitário de Ciências Gerenciais da UNA em Maio de 2004.

Por outro lado, esta mesma globalização leva a políticas turísticas baseadas na reprodução de experiências exitosas ou mesmo na replicação de lugares tradicionais desterritorializados: “A capacidade de produzir espaços ignorando-se suas características físico-naturais é um dado deste momento histórico, que confere ao capital e, por conseqüência, à atividade turística uma mobilidade espacial jamais antes alcançada” (CRUZ, 2000 apud CRUZ 2002, p. 114). Algumas cidades “reorgani[zam]-se completamente para produzir paisagens atrativas para o consumo e para o lazer” (CRUZ, 2002, p. 109), incorrendo muitas vezes na reprodução de signos pertencentes a outras realidades; o resultado é a criação de cenários descolados das características locais e de sua dimensão histórica. Se a dimensão global é hoje fundamental para o turismo, ela dever ter como contraponto a contextualização nos valores locais.

Assim, o paradigma atual do planejamento turístico é interdisciplinar e fenomenológico, bem como contextualizado nos valores locais e nas macro-estruturas globais. Se a atenção à globalização midiática reforça a importância da imagem dos lugares turísticos, a compreensão fenomenológica e a atenção ao caráter local aproximam o turismo da questão da percepção dos espaços pelo usuário, foco do artigo.

### **Paisagem, Espaço, Território.**

Sabe-se que as práticas turísticas ocorrem nas paisagens e a sua percepção é uma experiência particular e subjetiva de cada observador frente ao ambiente (LYNCH, 1999; SILVA, 2004a; SILVA, 2004b). Os turistas buscam “prazeres particularmente distintos, que estejam fora das suas experiências cotidianas [...]. Esse modo de olhar demonstra como os turistas são, de certo modo, praticantes da semiótica, lendo a paisagem à procura de significantes ou de certos conceitos [...]” (URRY, 2001, p. 29).

Segundo Santos, a paisagem é um conjunto de formas que exprimem as sucessivas relações homem-natureza em espaço e tempo localizados; é testemunha da sucessão de meios de trabalho, é um acúmulo histórico da produção humana. Mas ela é somente o retrato que se vê, não carrega vida no momento presente. A paisagem (resultado material acumulado das ações humanas) e a sociedade (ações atuais que atribuem dinamismo e funcionalidade à matéria) “são variáveis complementares, cuja síntese, sempre por refazer, é dada pelo espaço humano” (SANTOS, 2002, p. 106). O espaço é então a soma da paisagem e da vida que a anima. A noção de território torna-se



fundamental para o planejamento dos destinos turísticos, pois ele é a porção perceptível e utilizável da paisagem apropriada pelo usuário; é no território que as questões fenomenológicas se apresentam e é sobre o território que se pode agir de forma determinada. Para Santos (2002), territórios são frações funcionais do espaço apropriadas por determinados atores sociais que lhe atribuem sentido num determinado momento histórico. Para Argan,

São homens que atribuem um valor às pedras e todos os homens, não apenas os arqueólogos e literatos. Devemos, portanto, levar em conta, não o valor em si, mas a atribuição de valor, não importa quem a faça e a que título seja feita. De fato, o valor de um [território] é o que lhe é atribuído por toda a comunidade. [...] É preciso prescindir, portanto, do que parece óbvio e ver como ocorre, em todos os níveis culturais, a atribuição de valor aos dados visuais do [território] (ARGAN, 1995, p.228).

Desconstrução do ‘objeto’ espaço turístico - A dialética do espaço, como quer Santos está exatamente na desconstrução da sua relação com a sociedade, num movimento dinâmico e incessante, que passa necessariamente pela percepção subjetiva do usuário. Se as categorias espaço, tempo e volume são insuficientes para o desvelamento teórico necessário a uma construção do saber turístico, como argumenta Moesch, é necessário desconstruir este espaço para compreendê-lo de forma subjetiva, fenomenológica, e assim construir um “conhecimento dialético” do território (MOESCH, 2002, p. 135).

Para Boullón, a existência de uma dimensão subjetiva do espaço permite um “estudo minucioso da qualidade espacial de cada lugar” e é fundamental “no planejamento do uso dos atrativos turísticos” (BOULLÓN, 2002, p. 74). Beni (2002) vê a “observação e a constatação diretas da existência de todo um conteúdo significativo [...] das manifestações do cotidiano” como fonte de reconstrução e ressignificação do espaço, revelando também uma proximidade com a investigação fenomenológica (BENI, 2002, p. 91).

Assim como faz Centeno em sua *Metodología de la investigación aplicada ao turismo – casos práticos*, ao “declinar à fenomenologia a forma de chegar à essência do conhecimento” (MOESCH, 2002, p. 25), teóricos como Canter, Lynch e Norberg-Shulz propõem, no campo das análises físico-territoriais, a compreensão das qualidades

intrínsecas do objeto a partir de sua relação subjetiva com o usuário. Tal é a natureza dos estudos de percepção territorial propostos por estes autores, como se verá adiante.

### **Imagem e percepção territorial**

“O olhar é construído através de signos, e o turismo abrange uma coleção de signos” (URRY, 1996, p. 18). Para Maffesoli (1996), mais que o olhar, “o mundo é imaginal, feito de um conjunto de imagens, símbolos que constroem a vida social; a imagem é onipresente no social” (MAFFESOLI *apud* MOESCH, 2002, p. 131).

O estudo da imagem dos destinos turísticos, considerado central para o conhecimento das práticas turísticas por Galí e Donaire (2003), tem fornecido pequena produção científica, se consolidando como corpo teórico há poucos anos; essa dificuldade se deveria à dificuldade metodológica em acessar mapas mentais e à própria diversidade conceitual presente na questão da imagem turística.

Galí e Donaire (2003) apontam para a importância do trabalho de Echtner e Ritchie (1993 *apud* GALÍ e DONAIRE, 2003) ao propor um modelo teórico sobre a imagem dos destinos turísticos e uma metodologia que combina estudos qualitativos e quantitativos. Segundo estes últimos, “a imagem de um destino é integrada por três *continua*: a oposição entre holístico e fragmentado, o contraste entre comum e único e a tensão funcional-psicológica” (GALÍ e DONAIRE, 2003, p. 84), aqui referindo-se à oposição entre funcional e fenomenológico. Ao focar o último continuum, Galí e Donaire se utilizam dos trabalhos de Baloglu e McCleary (1999 *apud* GALÍ E DONAIRE, 2003) e consideram três níveis de estudos das imagens: o nível cognitivo, que integra os elementos objetivos e materiais do espaço; o nível afetivo, que gera emoções estéticas; e o nível da imagem total, quando são combinados os dois níveis anteriores. Não seria possível, porém, separar as imagens cognitivas das imagens afetivas. É precisamente neste ponto que os autores se aproximam definitivamente de conceitos utilizados pela percepção territorial, como veremos a seguir.

A percepção territorial – Os estudos de percepção territorial constam de uma somatória de técnicas ou metodologias de análise dos territórios sob a ótica do usuário. Baseia-se na crença de que o caminho seguido pelo usuário para apreender o lugar em suas formas, elementos e atividades sociais inicia-se com o “ver”, passa pelo “sentir”, para chegar ao “compreender”, que induz ao “utilizar”, para atingir o “apropriar”,



objetivo final do planejamento territorial. Considera também que desconstruindo a sensação que os observadores têm diante do objeto ou da paisagem em múltiplas esferas mais palpáveis que o “sentir”, é possível apreender o que cada território ou lugar causa ao usuário.

Canter (apud DEL RIO, 1990) acredita que o “sentido do lugar” – estrutura similar ao continuum funcional-psicológico proposto por Echtner e Ritchie - é gerado a partir da sobreposição de três esferas da consciência: 1) os atributos físicos (os elementos objetivos e materiais do espaço para Baloglu e McCleary); 2) as concepções e imagens (dados pelo nível afetivo de Baloglu e McCleary); e 3) as atividades e usos, que considera a instância comportamental.

A partir da leitura de Canter, Del Rio (1990) propõe a compreensão dos atributos físicos (1ª esfera) através da morfologia urbana e regional, ou seja “[d]o estudo analítico da produção e modificação da forma urbana [e regional] no tempo” (SAMUELS, 1986 apud DEL RIO, 1990, p. 71); a compreensão das concepções e imagens (2ª esfera) utilizando-se dos métodos de análise visual propostos por Cullen (1994) e de percepção do meio ambiente propostos por Lynch (1999); e finalmente a compreensão das atividades e usos através do estudo do comportamento ambiental, utilizando-se das técnicas propostas por Pfeiffer, Whyte, Zeisel, Baker e Lang.

Morfologia urbana e regional – a morfologia territorial pode ser compreendida através de mapas históricos e atuais, bem como outras formas de registro, em especial a fotografia; aborda temas e elementos concretos a partir do crescimento (ou não) da ocupação humana do território em seus diferentes modos, intensidades no tempo, e direções; considera também a presença de elementos geradores e/ou reguladores, a superação de limites naturais, tecnológicos ou mesmo jurídicos, e a modificação das estruturas espaciais, quando são considerados o traçado e o parcelamento que dão origem à ocupação e às articulações viárias; por fim, são consideradas as tipologias dos elementos (quadras, lotes, edifícios, praças, e esquinas).

Um breve exemplo, tomando como base o caso da Pampulha – pela familiaridade dos leitores – demonstrará o que se apreende a partir do estudo morfológico: Pampulha começa a ser ocupada a partir de dois elementos geradores: a barragem que cria a lagoa e o projeto de Oscar Niemeyer para a orla; a ocupação humana se dá lentamente, em lotes lindeiros à lagoa e preservando grandes vazios entre





as casas, de apenas um ou dois pavimentos por motivo de regulação urbanística; conquanto a topografia local não ofereça limitações ao crescimento, a ausência de uma via de maior porte ligando o conjunto ao centro da cidade era limitadora, o que foi superado nos anos 1960, com a duplicação da Avenida Antônio Carlos. A estrutura espacial da Pampulha foi aos poucos se modificando em função dos loteamentos mais permissivos à ocupação para além dos limites visuais da lagoa e sua orla. A articulação viária é feita pelas vias internas aos bairros, restando para a via lindeira (Avenida Otacílio Negrão de Lima) o papel de articuladora da função lazer e turismo, oferecendo pequenas praças, mirantes e rotatórias para organizar o trânsito.

Análise visual – Um dos métodos fundamentais para a compreensão da dimensão afetiva, ou das concepções e imagens, a análise visual explora os efeitos emocionais a partir da experiência visual e das qualidades estéticas do objeto percebido. Segundo Cullen existem três maneiras de interação que geram respostas emocionais no usuário: através da ótica, que “considera as reações a partir de nossas experiências meramente visuais e estéticas dos percursos, conjuntos, espaços, edificações, detalhes, etc” (DEL RIO, 1990, p. 87) - ao pensar em percursos e espaços, o autor intui que a percepção do usuário se dá em movimento, o que constituiria uma “visão serial”; através da consideração do lugar, introduzindo a forma topológica e propondo a percepção a partir da posição do observador em relação ao seu ambiente imediato, o que gera sensações de pertencimento, domínio, territorialidade, posse, interno/externo, etc.; e através da consideração do conteúdo, ou elementos básicos do objeto, como cor, textura, escala, estilo, etc.

Novamente, um exemplo de análise visual ajudará o leitor a compreender seu potencial. Também pelo critério de familiaridade, imagine-se o usuário que percorre o trecho Avenida Rebouças – Avenida Paulista, na cidade de São Paulo: Uma avenida dividida em várias pistas estreitas, em aclive, onde predomina o cinza e as árvores não permitem ver o céu, causa a sensação de fechamento que chega ao seu ápice quando mergulha no túnel escuro, interno e despossuído – não é de ninguém. Quando se alcança a luz, já é uma avenida larga, limpa, aberta, com arranha-céus e abóbada celeste, pertencente a todos. Vidros azuis, concreto, sinais de trânsito, grandes blocos, outros delgados e altos, a estrutura vermelha do MASP, a antena da Gazeta, o verde do

Trianon, casas antigas salpicadas. Essa experiência visual pode ser descrita como um dos maiores espetáculos turísticos da capital paulista.

Percepção do meio ambiente – Pensada a partir da teoria Gestaltica, entende que a forma só tem sentido a partir da identificação coletiva do seu significado. Para apreender imagens públicas, bem como a memória coletiva dos objetos, seria preciso compreender a percepção do usuário sobre o objeto.

A linha Piagetiana, que considera a percepção como habilidade necessária ao processo cognitivo, atraiu dois grandes adeptos, Norberg-Shulz e Lynch. O primeiro focou, já nos anos 1960, seus estudos no “espaço existencial” - um sistema razoavelmente estável de imagens do ambiente, que envolve tantos os aspectos abstratos quanto concretos (à semelhança do “nível da imagem total”, de Baloglu e McCleary) – e no Genius Loci, ou “espírito do lugar”, que pode ser apreendido a partir desta compreensão existencial.

Para Norberg-Shulz, também influenciado pelas idéias de Hegel, espaço é percepção, ou seja, é a própria inteligência conectando sensações para descrever a estrutura espacial que se coloca diante do usuário. Essa cognição estaria sujeita aos aspectos abstratos (esquemas topológicos do usuário, como relações de proximidade, sucessão, separação, continuidade, etc.) e aos aspectos concretos (a captação dos elementos presentes na paisagem rural, no ambiente urbano, e em elementos físicos de modo geral), e seria operacionalizada a partir de diferentes níveis (ou escalas) de percepção. Ainda de acordo com o autor, o lugar é o espaço onde a vida ocorre; é o espaço com caráter; é um fenômeno qualitativo e total, que não pode ser reduzido às suas partes ou propriedades. Assim, o Genius Loci – “espírito do lugar” – é a realidade concreta que o homem deve reconhecer para sua vida diária. Planejar os espaços para o cidadão ou para a fruição turística, seria então, visualizar o genius loci, e o papel do planejador seria criar lugares significativos – onde o homem se reconheça.

Lynch, também a partir dos anos 1960, pesquisou a imagem mental que os cidadãos tinham das suas cidades e teorizou que a formação de imagens coletivas está ligada a três qualidades formais: a legibilidade, ou a capacidade em maior ou menor grau que os sítios têm de terem suas partes reconhecidas e organizadas em padrão coerente pelo usuário; a identidade estrutural, ou o nível de diferenciação e individualidade que os sítios possuem para o usuário; e a imageabilidade, ou “aquela

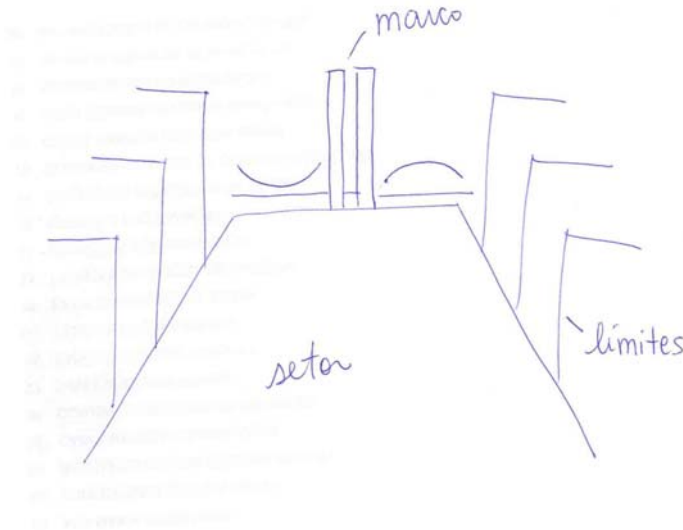
qualidade de um objeto físico que lhe dá uma alta probabilidade de evocar uma forte imagem em qualquer observador” (LYNCH apud DEL RIO, 1990, p. 93). Através de inúmeras entrevistas com usuários, Lynch concluiu que alguns elementos são percebidos coletivamente com destaque, influenciando na legibilidade da cidade, na identidade das estruturas, e na imageabilidade do todo. São: 1) os caminhos ao longo dos quais o usuário se movimenta; 2) os limites – não utilizados como caminhos, definem áreas; 3) os setores, formados a partir da percepção de limites; 4) os nós, locais de convergências, focos de ação; e 5) os marcos, objetos que se destacam do conjunto.

Para exemplificar a percepção ambiental, Brasília será evocada. Em meio à Esplanada dos Ministérios, o usuário sente a grandeza do ambiente contrastando com sua insignificância – tudo está longe, fora do seu alcance, edifícios enormes se sucedem indicando um eixo que aponta para o *grand final*, o Congresso Nacional. Apenas o gramado se oferece, permitindo que o usuário caminhe à vontade e sem outros estímulos ao reconhecimento, além do visual. Tato, olfato, audição, paladar não têm lugar, só a contemplação distante. Mais ainda, nada se vê para além da praça, não há uma *skyline* formada por prédios ou paisagens naturais. O “espírito do lugar” pode ser definido como monumental e o *Genius Loci* pode ser entendido como um “centro do mundo”, que deseja se sobrepor a tudo e a todos, alienante e alienado.

O todo se organiza diante do usuário com facilidade: Duas fileiras de edifícios (limites) determinam um vazio central (um setor) que aponta para um ícone de altíssima imageabilidade (um marco); com menor clareza, pode-se perceber o caminho que ladeia os edifícios e um nó que seria a entrada principal do Congresso Nacional. O conjunto tem altíssima identidade, o usuário reconhecerá esta imagem em qualquer lugar do mundo, e organiza o que vê em padrão coerente com grande facilidade. O croquis apresentado na figura 1 ilustra os elementos citados e sua facilidade de apreensão. A arte de Niemeyer e seu potencial turístico estão exatamente na capacidade de criar identidade, legibilidade e imageabilidade.



Figura 1 – Croquis da Esplanada dos Ministérios



Comportamento ambiental – Balanceando os conceitos Piagetianos considerados até aqui, Del Rio propõe, seguindo os behavioristas, que, em algum grau, “o ambiente sugere, facilita, inibe ou define comportamentos” (DEL RIO, 1990, p. 97). O comportamento ambiental seria então a investigação das inter-relações entre o ambiente e o comportamento humano. Os métodos de análise do comportamento ambiental podem ser diretos (observação no momento dos eventos) ou indiretos (indicando eventos ocorridos); devem ser especificados a posição do observador, a possível interferência do seu posicionamento, e os instrumentos de registro (câmeras, formulários, medidores de fluxo, etc). Observa-se então quem está fazendo o que, com quem, e que relações existem com o contexto físico; se há um comportamento padrão, regras e propósitos sociais, aspectos físicos específicos e aspectos temporais; se existem seqüências comportamentais, palcos de ação, atividades específicas e territórios.

Um exemplo interessante pode ser dado a partir da observação do centro comercial de Belo Horizonte conhecido como Praça da Savassi: Aos sábados pela manhã (aspecto temporal), o observador postado em uma das esquinas, pode notar duplas de garotas que passeiam pelas vitrines (relação com o contexto físico), apontando, cochichando e rindo entre si (comportamento padrão em seqüência), todas vestidas da mesma forma (propósito social); enquanto isto, e sempre na esquina do “McDonalds” (palco de ação), um grupo faz um roda de capoeira (atividade específica); já na esquina do café, um grupo de garotos e garotas conhecidos como “emos” interage

de forma bizarra (território) e na esquina da livraria, senhores e senhoras de meia-idade tomam chope ao som do chorinho patrocinado pela casa. A praça é um dos grandes atrativos turísticos da capital mineira, mais pela sua freqüência e diversidade do que pelos seus aspectos concretos.

### **A percepção territorial e a compreensão do espaço de fruição turística: Três experiências de ensino**

Partindo da demanda já aqui advogada por uma formação interdisciplinar, participativa, inclusiva e contextualizada, formalmente diversa e atenta às estruturas econômicas, propõe-se que o ensino do turismo englobe a percepção territorial como ferramenta básica de compreensão dos espaços. O objetivo deste vôleio interdisciplinar é formar planejadores capazes de reconhecer as imagens dos destinos a partir do olhar do sujeito autóctone, contextualizado em seu comportamento ambiental; é também reforçar a legibilidade, a identidade e a imageabilidade dos territórios para o turista (inclusive na produção de mídia); é possibilitar que o planejador do espaço turístico reconheça o “espírito do lugar” em que vai intervir, reforçando seu *Genius Loci*, para que o usuário, local ou turista, se reconheça humano ali.

Neste intuito, a autora vem incluindo a percepção territorial nas disciplinas que ministra para os cursos de turismo a que esteve ou está vinculada: Metodologia Científica para Turismo e Paisagens e Turismo, somando três experiências até aqui. A primeira experiência deu-se no nível de mestrado e proporcionou grande acúmulo de dados sobre a Pampulha. Os estudantes, lotados em oito pontos turísticos da orla da lagoa, realizaram exercícios de percepção territorial a partir de formulários específicos e segundo a metodologia proposta por Del Rio. Os levantamentos foram então disponibilizados para toda a turma, para que se pudesse construir leituras diversas do objeto Pampulha (de acordo com o interesse de cada aluno) e exercitar a composição de artigos científicos. Do total de 27 artigos escritos para a disciplina, onze foram apresentados em seminários e congressos de âmbito nacional. Dentre estes, destacam-se os de Altamiro Bessa, “O turismo como agente de transformações sócio-espaciais no território da Pampulha: De 1940 aos dias atuais” e o de Fabiana Pires, “A Interação entre o patrimônio cultural e o visitante: A Sinalização Interpretativa nos casos de La Pedrera, Barcelona, e da Casa do Baile, Pampulha”.



Bessa busca compreender as mudanças na apropriação e nos usos daquele espaço pelo público, fazendo uso não só da morfologia urbana, mas também do conceito de legibilidade e dos estudos de comportamento ambiental. Conclui apontando os problemas na apropriação do patrimônio cultural da Pampulha pelo turista:

A Casa do Baile, pela sua inserção topológica, torna-se pouco convidativa aos turistas. Além de estar localizada numa ilha e interligada à avenida marginal e à orla por uma pequena ponte, possui uma guarita de segurança que [...] inibe o usuário de adentrar seu espaço, além de não possuir um projeto de comunicação visual e sinalização gráfica adequados. O MAP, por sua vez, está localizado num promontório e numa reentrância da lagoa e cercado de grandes árvores. Essa relação topológica do Museu com o Conjunto da Lagoa dificulta a sua percepção pelo turista que não ainda não o conhece. (BESSA, 2004, p. 20)

Pires (2004) toma a análise de percepção territorial da Casa do Baile para constatar que

dentre as modificações ocorridas em sua estrutura está a inserção de uma guarita [...] transmitindo a sensação de espaço privado. [...] Na relação topológica com o ambiente imediato, percebe-se que a edificação da Casa do Baile está mais próxima da lagoa que do público passante; nota-se pouca legibilidade por parte de grande parcela da comunidade [...] em relação a este espaço. A partir de uma análise do comportamento ambiental, é possível notar que as pessoas não se sentem à vontade para adentrar o recinto e que uma parcela significativa dos visitantes da Pampulha não se apropria, e nem mesmo percebe, a Casa. (Pires, 2004, p. 14).

Já nos trabalhos da graduação, fica clara a compreensão dos alunos acerca das questões aqui levantadas em trechos como “a Praça da Bandeira caracteriza-se por ser um importante marco simbólico da cidade, bem como um relevante nó” (CRUZ et alli, 2006, p.6), e “estes [equipamentos] potencializam a noção de território, despertando imagens que representam o imaginário social e dão à área estudada aspectos de espaço ideal e simbólico para a realização de atividades físicas”, referindo-se ao espírito do lugar (CRUZ et alli, 2006, p.9). A percepção da ocupação territorial como limitadora da relação do usuário com o principal marco da cidade também fica clara:

[a] ocupação do trecho analisado foi direcionada pela abertura de vias de acesso e se deu em locais de topografia irregular. [...] As muitas edificações

imped[em] a visão da Serra do Curral de muitos pontos, dificultando, em parte, que esta sirva como referencial (RAMOS et alli, p.25).

Já para a pesquisa, os estudos realizados nas três experiências acumulam dados morfológicos, imagéticos e comportamentais acerca de duas regiões turísticas da cidade de Belo Horizonte: O Complexo Arquitetônico e Paisagístico da Pampulha e os espaços livres do extremo sul da cidade, incluindo-se aí praças, parques, áreas comerciais de alto luxo e a APA Serra do Curral, mais importante marco referencial da cidade. Quantitativamente, os estudos cobrem mais de 20 km de ruas e avenidas e suas visadas, quatro parques, quinze praças e mirantes, além dos elementos patrimoniais dos conjuntos Pampulha e Serra do Curral.

### Conclusões

A percepção territorial, através da morfologia urbana e regional, da análise visual, da percepção do meio ambiente e do estudo do comportamento ambiental, tal como vem sendo aplicada a estudos de caso em Belo Horizonte, mostra-se uma ferramenta útil para a formação de profissionais com capacidade de reconhecer as imagens dos destinos a partir do olhar dos usuários, bem como reconhecer os “espíritos do lugares”, aumentando suas possibilidades de intervir adequadamente nos territórios turísticos. Tais capacidades vêm se somar a outros saberes na formação de profissionais interdisciplinares e de ação participativa, includente e contextualizada nas realidades locais e no mundo globalizado, como querem os paradigmas atuais do planejamento.

### Referências

- ALVARES, Lucia C. A questão Metropolitana e as Políticas Oficiais no Brasil: Evolução e o Caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). *Anais do 1º Congresso Brasileiro de Direito Urbanístico, 2001*. Mimeo.
- ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- BENI, Mário Carlos: *Análise Estrutural do Turismo* (7ª Ed.). Ed. Senac. São Paulo, SP. 2002.
- BESSA, Altamiro S. M. e ÁLVARES, Lucia C. O Turismo como Agente de Transformações Sócio-Espaciais no Território da Pampulha: De 1940 aos dias atuais. *Anais do VII Cidade Revelada – Turismo e Patrimônio*. Itajaí, 2004.
- BESSA, Altamiro S. M. *O Design Urbano como Estratégia de Desenvolvimento do Turismo nos Grandes Destinos Internacionais*. Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte, 2006.
- BORJA, Jordi. FORN, Manuel. Políticas da Europa e dos Estados para as cidades. *Espaço e debates*. São Paulo, n.39, p. 32-47, 1996.
- BOULLÓN, Roberto C. *Planejamento do Espaço Turístico*. Bauru, SP: EDUSC, 2002.



ANPTUR

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo UAM- 27 a 28 de agosto de 2007

- CASTRO, Iná E. Paisagem e turismo. De estética, nostalgia e política. In: Yázigi, Eduardo (org.). *Turismo e Paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002.
- CORIOLOANO, Luzia Neide M. T.(org.). *O Turismo de Inclusão e o Desenvolvimento Local*. Fortaleza: Premium Editora, 2003.
- CRUZ, Danielle dos Reis et alli. *Percepção territorial dos espaços livres públicos de Belo Horizonte*. 2006. 20 p. (Trabalho realizado na disciplina Paisagens e Turismo). Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, s/d (não publicado).
- CRUZ, Rita C. A. As paisagens artificiais criadas pelo Turismo. In: Yázigi, Eduardo (org.). *Turismo e Paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002.
- CULLEN, Gordon. *Paisagem urbana*. Lisboa: Rio de Janeiro: 1984.
- DEL RIO, Vicente. *Introdução ao Desenho Urbano no Processo de Planejamento*. São Paulo: PINI, 1999.
- DENCKER, Ada F. Maneti. *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo*\_(6ª ed). São Paulo: Futura, 1998.
- GALÍ, Nuria e DONAIRE, José Antônio. La Imagen *a priori* de los destinos turísticos monumentales: el caso de Girona. *Papers de Turisme* (Valencia), vol. 34. 2003.
- GÂNDARA, José Manoel G. La calidad y la competitividad de los destinos turísticos urbanos. In: *Turismo - visão e ação*. Ano 1, n.1 (jan. 1998). Itajaí: Editora da Univali, 2004.
- KOTLER, Philip; HAIDER, D.; REIN, I. *Marketing Público*. São Paulo: Makron Books, 1996.
- LEFF, Enrique. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- LEITE, Maria Ângela F. P. *Destruição ou Desconstrução? Questões da paisagem e tendências de regionalização*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- LYNCH, K. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999
- MOESCH, Marutschka. *A produção do saber turístico* (2ª ed.). São Paulo, Contexto, 2002.
- OMT. *Introdução ao Turismo*. São Paulo: Rocca, 2001.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO – OMT. *Guia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável*. Porto Alegre: Bookman, 2003.
- PIRES, Fabiana M. e ALVARES, Lucia C. Interação entre o patrimônio cultural e o visitante: A Sinalização Interpretativa nos casos de La Pedrera, Barcelona, e da Casa do Baile, Pampulha. *Anais do VII Cidade Revelada – Turismo e Patrimônio*. Itajaí, 2004.
- RAMOS, Alicia M. O. et alli. *Análise Territorial da Avenida Bandeirantes: trecho Parque Julien Rien – Rua Odilon Braga*. 2006. 28 p. (Trabalho realizado na disciplina Paisagens e Turismo). Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, s/d (não publicado).
- REJOWSKI, Mirian. Turismo como disciplina no pensamento internacional. In: REJOWSKI, Mirian. *Turismo e Pesquisa Científica* (3ª ed.). São Paulo: Papirus, 1999.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2002.
- SILVA, Maria da Glória Lanci. *A imagem da cidade turística: promoção de paisagens e de identidades culturais*. In: *Arquitextos*, out 2004b. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos>. Acesso em: 15 nov 2004.
- SILVA, Maria da Glória Lanci. *Cidades turísticas; identidades e cenários de lazer*. São Paulo: Aleph, 2004a.
- SOUZA, Luiz Neves e ALVARES, Lucia C. A Propaganda Política da Pampulha: do Modernismo de Kubitschek ao City-Marketing de Pimentel. *Anais do IV Semintur*. Caxias do Sul, 2006.
- TYLER, Duncan; GUERRIER, Yvone; ROBERTSON; Martin (Org.). Gestão de turismo municipal. *Teoria e prática de planejamento turístico nos centros urbanos*. São Paulo: Futura, 2003.





ANPTUR

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

*IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo UAM– 27 a 28 de agosto de 2007*

URRY, John. *O olhar do turista: lazer e viagens. nas sociedades contemporâneas* (3a. ed.). São Paulo: Stúdio Nobel/SESC, 2001.